

# ÍNDICE

ABREVIATURAS	7
--------------	---

## PARTE I NOÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	11
1. O objecto do Direito do Trabalho	11
2. Matérias abrangidas pelo Direito do Trabalho	13
3. Conexões entre o Direito do Trabalho e outros ramos do Direito	15
4. O paradigma do Direito do Trabalho e a alteração do seu modelo tradicional	16

CAPÍTULO II – FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	21
1. O Direito Romano	21
2. O Direito Intermédio	23
3. A Revolução Industrial	23
4. O surgimento da legislação social	26
5. O desenvolvimento da legislação social no início do séc. XX	28
6. A interrupção do desenvolvimento da legislação social no âmbito dos regimes ditatoriais	29
7. A consolidação e evolução da legislação social após a segunda guerra mundial	29
8. As crises económicas e a sua repercussão no Direito do Trabalho	30
9. A globalização da economia e os seus efeitos na legislação laboral	31
10. A História do Direito do Trabalho em Portugal	32
10.1. A ausência de regulação laboral específica na legislação oitocentista	32
10.2. As primeiras regulações da área laboral	34

10.3. O Direito do Trabalho na Primeira República	37
10.4. O Direito do Trabalho no Estado Novo	40
10.4.1. Generalidades	40
10.4.2. O período ditatorial	40
10.4.3. O período corporativo	41
10.4.4. O período liberalizante	46
10.5. O Direito do Trabalho desde a Revolução de 25 de Abril de 1974 aos dias de hoje	48
10.5.1. Generalidades	48
10.5.2. O período revolucionário	48
10.5.3. O período de estabilização	51
10.5.4. O período da legislação concertada	53
10.5.5. O período da codificação	55
CAPÍTULO III – FONTES DO DIREITO DO TRABALHO	63
1. Generalidades	63
2. A Constituição	64
3. Fontes Internacionais	67
3.1. Generalidades	67
3.2. Convenções Internacionais	67
3.2.1. Convenções da Organização das Nações Unidas	67
3.2.2. Convenções e recomendações da OIT	69
3.2.3. Convenções do Conselho da Europa	70
3.2.4. Fontes do Direito da União Europeia	72
4. As leis ordinárias	78
5. Os instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho	80
5.1. Generalidades	80
5.2. Os instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho negociais	81
5.2.1. Generalidades	81
5.2.2. A convenção colectiva	81
5.2.3. O acordo de adesão	83
5.2.4. A decisão arbitral em processo de arbitragem voluntária	83
5.3. Os instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho não negociais	84
5.3.1. Generalidades	84
5.3.2. A portaria de extensão	84
5.3.3. A portaria de condições de trabalho	84
5.3.4. A decisão arbitral em processo de arbitragem obrigatória ou necessária	85
6. A jurisprudência laboral	86

7. O costume	87
8. Os usos laborais	87
9. A doutrina	89
10. A hierarquia das fontes	89
11. Interpretação e integração das fontes de Direito do Trabalho	95
11.1. A interpretação	95
11.2. A integração	98
12. A aplicação do Direito do Trabalho	99
12.1. A aplicação no tempo	99
12.2. A aplicação no espaço	100
12.2.1. A aplicação no espaço das leis laborais	100
12.2.2. O destacamento internacional dos trabalhadores	104

## PARTE II

### DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

CAPÍTULO IV – O CONTRATO DE TRABALHO	109
1. Definição do contrato de trabalho	109
2. Elementos essenciais do contrato de trabalho	110
2.1. Generalidades	110
2.2. Prestação de uma actividade	110
2.3. Retribuição	111
2.4. Subordinação jurídica	111
3. Características qualificativas do contrato de trabalho	112
3.1. O contrato de trabalho como contrato nominado e típico	112
3.2. O contrato de trabalho como contrato primordialmente não formal	112
3.3. O contrato de trabalho como contrato obrigacional	112
3.4. O contrato de trabalho como contrato oneroso	113
3.5. O contrato de trabalho como contrato sinalagmático	114
3.6. O contrato de trabalho como contrato comutativo	114
3.7. O contrato de trabalho como contrato de execução continuada	115
3.8. O contrato de trabalho como contrato <i>intuitu personae</i>	115
3.9. A questão da eventual qualificação do contrato de trabalho como negócio jurídico de consumo	117
4. Distinção do contrato de trabalho em relação a figuras afins	118
4.1. Generalidades	118
4.2. Distinção entre o contrato de trabalho e o contrato de prestação de serviços	120
4.3. Distinção entre o contrato de trabalho e o contrato de mandato	122

4.4.	Distinção entre o contrato de trabalho e o contrato de depósito	123
4.5.	Distinção entre o contrato de trabalho e o contrato de empreitada	123
4.6.	Distinção entre o contrato de trabalho e o contrato de sociedade	124
4.7.	Distinção entre o contrato de trabalho e a associação em participação	125
4.8.	Distinção entre o contrato de trabalho e o contrato de agência	126
4.9.	Distinção entre o contrato de trabalho e o trabalho de voluntariado a favor de instituições com fins altruístas.	127
5.	Métodos de distinção do trabalho subordinado em relação ao trabalho autónomo	130
6.	O ónus da prova relativo à existência de uma relação de trabalho subordinado	135
7.	Dificuldades de delimitação entre o trabalho subordinado e o trabalho autónomo. O trabalho para-subordinado	139
CAPÍTULO V – O TRABALHADOR		147
1.	Noção jurídica de trabalhador	147
2.	A tutela da personalidade do trabalhador	149
2.1.	Generalidades	149
2.2.	O direito à integridade física e moral	150
2.3.	A liberdade de expressão e opinião	150
2.4.	A liberdade de escolha da apresentação e vestuário	153
2.5.	A liberdade religiosa	155
2.6.	A liberdade de consciência	158
2.7.	O direito à imagem	159
2.8.	O direito à intimidade da vida privada	160
2.8.1.	Generalidades	160
2.8.2.	A recolha de dados pessoais pelo empregador	163
2.8.3.	A licitude do tratamento dos dados pessoais no âmbito da relação laboral	164
2.8.4.	A excepção relativa aos dados sensíveis	167
2.8.5.	A excepção relativa aos dados de justiça	170
2.8.6.	Testes e exames médicos	170
2.8.7.	O problema dos meios de vigilância electrónicos	171
2.8.8.	A questão da revista da pessoa, cacifo e bens do trabalhador	174
2.8.9.	A confidencialidade das comunicações	175
3.	Igualdade e não discriminação	177
3.1.	A tutela da igualdade dos trabalhadores e a proibição de comportamentos discriminatórios por parte do empregador	177
3.2.	O assédio sexual	180
3.3.	O assédio moral ou <i>mobbing</i>	182

4.	A categoria	185
4.1.	Noção de categoria	185
4.2.	Determinação da categoria	186
4.3.	A categoria como limite às funções que podem ser atribuídas ao trabalhador	187
4.4.	A garantia legal da manutenção da categoria do trabalhador	189
4.5.	As alterações na categoria	190
4.5.1.	Generalidades	190
4.5.2.	A despromoção contratual fundada em necessidade premente da empresa ou do trabalhador	190
4.5.3.	O regresso do trabalhador encarregado temporariamente de outras funções à categoria anterior	191
4.5.4.	A extinção da comissão de serviço	191
4.6.	O <i>ius variandi</i> ou mobilidade funcional	191
5.	A antiguidade	192
5.1.	Generalidades	192
5.2.	Efeitos da antiguidade	193
5.3.	Determinação e tutela da antiguidade	194
6.	Os estatutos particulares de certas categorias de trabalhadores	195
6.1.	O estatuto particular dos trabalhadores dirigentes	195
6.2.	O estatuto particular das trabalhadoras grávidas, puérperas e lactantes, e dos trabalhadores com filhos, netos ou adoptados a cargo	196
6.2.1.	Generalidades	196
6.2.2.	Maior tutela da igualdade laboral	197
6.2.3.	Maior protecção da segurança e saúde no trabalho	197
6.2.4.	Concessão de licenças e dispensas especiais	198
6.2.4.1.	Generalidades	198
6.2.4.2.	Licença em situação de risco clínico durante a gravidez	199
6.2.4.3.	Licença para deslocação a unidade hospitalar localizada fora da ilha da residência para realização de parto	199
6.2.4.4.	Licença por interrupção da gravidez	200
6.2.4.5.	Licença parental	200
6.2.4.5.1.	Generalidades	200
6.2.4.5.2.	Licença parental inicial	201
6.2.4.5.3.	Licença parental inicial exclusiva da mãe	203
6.2.4.5.4.	Licença parental inicial a gozar por um dos progenitores por morte ou incapacidade física ou psíquica do outro	203
6.2.4.5.5.	Licença parental inicial exclusiva do pai	203

6.2.4.6.	Licença por adopção	204
6.2.4.7.	Licença parental complementar	204
6.2.4.8.	Licença para assistência a filho	205
6.2.4.9.	Licença para assistência a filho com deficiência, doença crónica ou doença oncológica	206
6.2.4.10.	Dispensa da prestação de trabalho por parte de trabalhadora grávida, puérpera ou lactante, por motivo de protecção da sua segurança e saúde	206
6.2.4.11.	Dispensa da prestação de trabalho por parte de trabalhadora grávida, puérpera ou lactante, por motivo de protecção da sua segurança e saúde, e respetivo acompanhante, nas deslocações inter-ilhas das regiões autónomas	207
6.2.4.12.	Dispensa para consulta pré-natal	207
6.2.4.13.	Dispensa para consulta de procriação medicamente assistida.	208
6.2.4.14.	Dispensa para avaliação para adopção	208
6.2.4.15.	Dispensa para amamentação ou aleitação	208
6.2.4.16.	Faltas para assistência a filho	209
6.2.4.17.	Faltas para assistência a neto.	209
6.2.4.18.	Trabalho a tempo parcial ou em horário flexível	210
6.2.4.19.	Dispensa em relação a algumas modalidades de tempo de trabalho	212
6.2.5.	Maior protecção contra o despedimento.	212
6.3.	O estatuto particular dos trabalhadores menores	213
6.3.1.	Generalidades	213
6.3.2.	Exigências especiais para o acesso ao trabalho dos menores	213
6.3.3.	Deveres acessórios a cargo do empregador	215
6.3.4.	Duração do trabalho	215
6.3.5.	Concessão de licenças especiais	217
6.4.	O estatuto particular dos trabalhadores com capacidade de trabalho reduzida ou portadores de deficiência ou doença crónica	217
6.4.1.	Generalidades	217
6.4.2.	Tutela da igualdade de tratamento e medidas de acção positiva	218
6.4.3.	Exigência de adaptação das condições de trabalho	218
6.5.	O estatuto particular dos trabalhadores-estudantes	219
6.5.1.	Generalidades	219
6.5.2.	Regime especial de duração do trabalho, faltas, férias e licenças	219
6.5.3.	Aquisição, manutenção e cessação do estatuto de trabalhador-estudante	221
6.6.	O estatuto particular dos trabalhadores estrangeiros ou apátridas	223

CAPÍTULO VI – O EMPREGADOR	225
1. Noção jurídica de empregador	225
2. A empresa enquanto empregador	226
3. As empresas ideológicas ou de tendência	229
4. Os grupos de empresas	230
5. A pluralidade de empregadores	232
CAPÍTULO VII – A FORMAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	235
1. A autonomia privada e a liberdade de trabalho	235
2. Pressupostos de celebração do contrato de trabalho	236
2.1. Capacidade das partes	236
2.2. Legitimidade, habilitações, título profissional e inscrição em ordens profissionais	239
2.3. Requisitos do objecto e do fim negocial	241
3. Igualdade e não discriminação em relação aos candidatos a emprego	244
4. O processo de formação do contrato de trabalho	245
5. A adesão ao regulamento interno da empresa	247
6. A formação do contrato de trabalho através de cláusulas contratuais gerais	248
7. O contrato promessa de trabalho	249
8. Os deveres de informação	251
8.1. Generalidades	251
8.2. Deveres de informação do trabalhador	252
8.3. Deveres de informação do empregador	254
9. A responsabilidade pré-contratual	257
10. Forma do contrato de trabalho	259
10.1. Regime geral	259
10.2. Casos especiais em que se exige a forma escrita	259
10.3. Exigência de formalidades especiais e imposição de menções obrigatórias	261
10.4. Consequências da preterição da forma e das formalidades	261
11. A invalidade do contrato de trabalho	263
12. O período experimental	266
CAPÍTULO VIII – OS DEVERES DO TRABALHADOR	273
1. A prestação do trabalhador	273
1.1. Conteúdo da prestação do trabalhador	273
1.2. Definição das funções exercidas pelo trabalhador	274
1.3. Atribuição de poderes de representação ao trabalhador	275
1.4. Atribuição de direitos sobre o resultado da prestação do trabalhador	275
2. Os deveres acessórios do trabalhador	277

2.1. Generalidades	277
2.2. Deveres acessórios integrantes da prestação principal	278
2.2.1. Dever de obediência	278
2.2.2. Deveres de assiduidade e pontualidade	279
2.2.3. Dever de zelo e diligência na realização do trabalho	281
2.2.4. Dever de promover a melhoria da produtividade na empresa	282
2.3. Deveres acessórios autónomos da prestação principal	282
2.3.1. Deveres acessórios de informação	282
2.3.2. Deveres acessórios de protecção	283
2.3.3. Deveres acessórios de lealdade	284
CAPÍTULO IX – O LOCAL DE TRABALHO	287
1. Generalidades	287
2. Determinação do local de trabalho	288
3. Modificação do local de trabalho	289
3.1. Generalidades	289
3.2. Transferência definitiva do trabalhador por decisão do empregador	289
3.2.1. Generalidades	289
3.2.2. Transferência unilateral	289
3.2.3. Transferência colectiva	291
3.3. Transferência temporária do trabalhador por decisão do trabalhador	291
3.4. Transferência do trabalhador a seu pedido	292
3.5. Alterações ao regime da transferência do local de trabalho	293
CAPÍTULO X – O TEMPO DE TRABALHO	295
1. Generalidades	295
2. Tempo de trabalho e tempo de descanso	296
3. Período normal de trabalho e período de funcionamento	297
4. O horário de trabalho	298
5. Limites da duração de trabalho	299
5.1. Generalidades	299
5.2. Tempos máximos de trabalho.	299
5.3. O regime da adaptabilidade	301
5.4. O regime do banco de horas	303
5.5. O regime do horário concentrado.	304
5.6. Limites máximos em caso de fixação do horário de trabalho em termos médios	305
6. Flexibilidade de horário	305
7. Alterações no tempo de trabalho	306
8. Isenção de horário de trabalho	308



9. Trabalho por turnos	311
10. Trabalho nocturno	313
11. Trabalho suplementar	317
12. O direito ao repouso	321
12.1. Generalidades	321
12.2. Os períodos de descanso diário	322
12.3. O período de descanso semanal	324
12.4. Os feriados	325
12.5. As férias	327
12.5.1. O direito a férias	327
12.5.2. Proibição do exercício de outra actividade durante as férias	327
12.5.3. Aquisição do direito a férias	328
12.5.4. Duração do período de férias	328
12.5.5. Retribuição durante as férias	329
12.5.6. Marcação das férias	329
12.5.7. Alteração das férias	330
12.5.8. Efeitos da redução, suspensão e cessação do contrato nas férias	331
12.5.9. Violação do direito a férias	332
13. As faltas ao trabalho	332
13.1. Generalidades	332
13.2. As faltas justificadas	334
13.2.1. Fundamentos de justificação da falta	334
13.2.1.1. Casamento	334
13.2.1.2. Falecimento do cônjuge, parentes ou afins	334
13.2.1.3. Prestação de provas em estabelecimento de ensino	334
13.2.1.4. Impossibilidade de prestar trabalho por facto não imputável ao trabalhador	335
13.2.1.5. Necessidade de prestação de assistência a familiares	337
13.2.1.6. Ausência motivada pelo acompanhamento de grávida em caso de deslocação inter-ilhas para realização do parto	339
13.2.1.7. Ausências para informação sobre a situação educativa do menor.	340
13.2.1.8. Ausências dos trabalhadores eleitos para as estruturas de representação colectiva	340
13.2.1.9. Ausências dos candidatos a eleições	340
13.2.1.10. Faltas autorizadas ou aprovadas pelo empregador	342
13.2.1.11. Outras faltas previstas na lei	342
13.2.2. Ónus de comunicação e comprovação	342
13.2.3. Efeitos das faltas justificadas	343

13.3. As faltas injustificadas	345
13.3.1. Conceito de falta injustificada	345
13.3.2. Efeitos das faltas injustificadas	345
<b>CAPÍTULO XI – OS DEVERES DO EMPREGADOR</b>	<b>347</b>
1. Generalidades	347
2. O dever de prestação principal: a retribuição	347
2.1. Generalidades	347
2.2. Noção e características da retribuição	348
2.2.1. Generalidades	348
2.2.2. Contrapartida da prestação de trabalho	348
2.2.3. Regularidade e periodicidade	349
2.2.4. Tendo por objecto prestações em dinheiro ou em espécie	349
2.3. Critérios de fixação e determinação da retribuição	350
2.4. Modalidades de retribuição	352
2.4.1. Retribuição em dinheiro e em espécie	352
2.4.2. Retribuição certa, variável e mista	353
2.4.3. Retribuição base, diurnidades, e complementos salariais	354
2.5. Prestações não retributivas	355
2.5.1. Generalidades	355
2.5.2. Pagamento de despesas	355
2.5.3. Abono para falhas	356
2.5.4. Subsídio de refeição	356
2.5.5. Gratificações	357
2.5.6. Prestações extraordinárias concedidas pelo empregador como recompensa ou prémio dos bons resultados obtidos pela empresa	358
2.5.7. Prestações decorrentes de factos relacionados com o desempenho ou mérito profissionais, bem como com a assiduidade do trabalhador	358
2.5.8. Participação nos lucros da empresa	359
2.6. A retribuição mínima garantida	359
2.7. Cumprimento da retribuição	361
2.7.1. Forma do cumprimento	361
2.7.2. Tempo do cumprimento	362
2.7.3. Lugar do cumprimento	363
2.8. Excesso de pagamento da retribuição	363
2.9. Tutela da retribuição	363
3. Os deveres de prestação secundária	366
3.1. O dever de ocupação efectiva do trabalhador	366
3.2. O dever de formação profissional	367

4.	Os deveres acessórios do empregador	368
4.1.	Generalidades	368
4.2.	Protecção da segurança e da saúde do trabalhador	368
4.3.	Protecção da personalidade do trabalhador	368
4.4.	Respeito pela autonomia técnica do trabalhador	369
CAPÍTULO XII- OS PODERES DO EMPREGADOR		371
1.	Generalidades	371
2.	Poder de direcção	371
3.	Poder regulamentar	373
4.	Poder disciplinar	374
5.	O exercício dos poderes do empregador por outros trabalhadores	378
CAPÍTULO XIII – ELEMENTOS ACIDENTAIS DO CONTRATO DE TRABALHO		381
1.	Generalidades	381
2.	O contrato de trabalho sujeito a condição e termo suspensivos	381
3.	O contrato de trabalho sujeito a condição resolutive	382
4.	O contrato de trabalho sujeito a termo resolutive	383
5.	As cláusulas de limitação da liberdade de trabalho	383
5.1.	Generalidades	383
5.2.	O pacto de não concorrência	383
5.3.	O pacto de permanência	386
5.4.	O pacto de exclusividade	387
CAPÍTULO XIV – VICISSITUDES DA SITUAÇÃO JURÍDICA LABORAL		389
1.	Generalidades	389
2.	Transmissão	389
2.1.	A cessão da posição contratual	389
2.2.	A transmissão da empresa ou estabelecimento	390
2.3.	Cedência ocasional	394
2.3.1.	Generalidades	394
2.3.2.	Pressupostos	394
2.3.3.	Efeitos	396
2.3.4.	Recurso ilícito à cedência ocasional	397
3.	Redução da actividade e suspensão do contrato	397
3.1.	Regime geral	397
3.2.	A redução da actividade ou suspensão do contrato por acordo das partes. A licença sem retribuição. A pré-reforma	399
3.3.	A suspensão do contrato por facto relacionado com o trabalhador	400

3.4. A redução de actividade ou suspensão do contrato por facto relacionado com o empregador	402
3.4.1. Generalidades	402
3.4.2. Crise empresarial	402
3.4.3. Encerramento temporário do estabelecimento ou diminuição temporária da actividade	406
3.4.3.1. Regime geral	406
3.4.3.2. O regime específico do encerramento temporário por facto imputável ao empregador	406
CAPÍTULO XV – ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	
	409
1. Generalidades	409
2. Evolução histórica da responsabilidade por acidentes de trabalho	409
3. Pressupostos da responsabilidade por acidentes de trabalho	413
3.1. Generalidades	413
3.2. A categoria do trabalhador protegido	414
3.3. A causa do dano	415
3.3.1. Generalidades	415
3.3.2. O acidente de trabalho em sentido estrito	416
3.3.3. A extensão do conceito de acidente de trabalho	417
3.3.4. Configuração do nexó de causalidade em relação aos danos	420
3.4. A espécie do dano	421
4. Exclusão, redução e agravamento da responsabilidade por acidentes de trabalho	423
4.1. Generalidades	423
4.2. Exclusão de responsabilidade	423
4.3. Limitação de responsabilidade	425
4.4. Agravamento da responsabilidade	426
5. Regime da responsabilidade por acidentes de trabalho	427
6. As doenças profissionais e o seu regime	427
CAPÍTULO XVI – O NÃO CUMPRIMENTO DO CONTRATO DE TRABALHO	
	429
1. As diversas modalidades de não cumprimento do contrato de trabalho e o seu regime	429
1.1. Generalidades	429
1.2. O não cumprimento imputável ao trabalhador	429
1.2.1. Não cumprimento temporário	429
1.2.1.1. Mora do devedor	429

1.2.1.2. Mora do credor	431
1.2.2. Não cumprimento definitivo	431
1.2.2.1. O incumprimento definitivo da prestação de trabalho	431
1.2.2.2. A impossibilidade culposa de cumprimento	433
1.2.2.3. O cumprimento defeituoso da prestação de trabalho	433
1.3. O não cumprimento imputável ao empregador	435
1.3.1. Mora do devedor	435
1.3.2. Mora do credor	436
1.3.3. Incumprimento definitivo e impossibilidade culposa de cumprimento	437
1.3.4. Cumprimento defeituoso	437
2. A cláusula penal e a cláusula de fixação da responsabilidade	438
3. Garantias dos créditos laborais	439
3.1. Generalidades	439
3.2. Privilégios creditórios	439
3.3. Responsabilidade solidária	440
3.4. O Fundo de Garantia Salarial	440
3.5. A excepção de não cumprimento do contrato e a suspensão pelo não pagamento da retribuição	441
4. Os efeitos da insolvência no contrato de trabalho	443
5. A prescrição dos créditos laborais	447
CAPÍTULO XVII – A CESSAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	449
1. Generalidades	449
2. A caducidade do contrato de trabalho	450
2.1. Generalidades	450
2.2. Verificação do termo	450
2.3. A impossibilidade superveniente, absoluta ou definitiva de o trabalhador prestar o seu trabalho ou de o empregador o receber	451
2.4. A reforma do trabalhador por velhice ou invalidez	454
3. A revogação do contrato de trabalho	455
4. A resolução do contrato de trabalho	456
4.1. Generalidades	456
4.2. Despedimento por facto imputável ao trabalhador	457
4.2.1. Pressupostos	457
4.2.2. Procedimento	461
4.3. Despedimento colectivo	464

4.3.1.	Pressupostos	464
4.3.2.	Procedimento	464
4.3.3.	Efeitos do despedimento colectivo	467
4.4.	Despedimento por extinção do posto de trabalho	468
4.4.1.	Pressupostos	468
4.4.2.	Procedimento	471
4.4.3.	Efeitos	472
4.5.	Despedimento por inadaptação	472
4.5.1.	Pressupostos	472
4.5.2.	Procedimento	475
4.5.3.	Efeitos	475
4.6.	A ilicitude do despedimento	476
4.6.1.	Generalidades	476
4.6.2.	Fundamentos da ilicitude	476
4.6.2.1.	Generalidades	476
4.6.2.2.	Fundamentos genéricos da ilicitude do despedimento	476
4.6.2.3.	Fundamentos específicos da ilicitude do despedimento por facto imputável ao trabalhador	477
4.6.2.4.	Fundamentos específicos da ilicitude do despedimento colectivo	478
4.6.2.5.	Fundamentos específicos da ilicitude do despedimento por extinção do posto de trabalho	479
4.6.2.6.	Fundamentos específicos da ilicitude do despedimento por inadaptação	480
4.6.3.	Forma de declaração da ilicitude	480
4.6.4.	Consequências da ilicitude	481
4.6.4.1.	A obrigação de pagamento dos salários intercalares	481
4.6.4.2.	A indemnização por todos os danos, patrimoniais ou não patrimoniais, causados	482
4.6.4.3.	A reintegração na empresa	483
4.6.4.4.	A indemnização em substituição da reintegração	484
4.7.	Resolução do contrato por iniciativa do trabalhador com fundamento em justa causa	486
5.	A denúncia do contrato de trabalho	488

CAPÍTULO XVIII – OS CONTRATOS DE TRABALHO SUJEITOS A REGIME ESPECIAL	493
1. Generalidades	493
2. O contrato de trabalho a termo	493
2.1. Generalidades	493
2.2. Necessidade de justificação para a contratação a termo	495
2.3. Modalidades do contrato de trabalho a termo	496
2.4. Regime geral do contrato de trabalho a termo	497
2.4.1. Forma do contrato de trabalho a termo	497
2.4.2. Período experimental no contrato de trabalho a termo	498
2.4.3. Deveres de informação do empregador	498
2.4.4. Igualdade de tratamento	498
2.4.5. Direito à formação profissional	499
2.4.6. Regime da redução de actividade e suspensão do contrato	499
2.4.7. Regime da cessação do contrato	499
2.4.8. Preferência em futuras admissões	500
2.4.9. Compensação pela caducidade do contrato	500
2.4.10. Proibição de contratos sucessivos	501
2.5. O regime específico do contrato de trabalho a termo certo	502
2.6. O regime específico do contrato de trabalho a termo incerto	503
3. O contrato de trabalho a tempo parcial	505
4. O contrato de trabalho intermitente	508
5. O contrato de trabalho em regime de comissão de serviço	511
6. O contrato de teletrabalho	514
7. O trabalho temporário	518
7.1. Generalidades	518
7.2. Sujeitos	519
7.3. Os tipos contratuais relativos ao trabalho temporário	520
7.3.1. Generalidades	520
7.3.2. O contrato de utilização de trabalho temporário	521
7.3.3. O contrato de trabalho temporário	523
7.3.4. O contrato por tempo indeterminado para cedência temporária	524
7.4. Regime de prestação de trabalho do trabalhador temporário	525
8. O contrato de trabalho doméstico	526
9. O contrato de trabalho de porteiro	528
10. O contrato de trabalho desportivo	530
11. O contrato de trabalho dos profissionais de espectáculos e de audiovisual	539
11.1. Generalidades	539
11.2. O contrato de trabalho a termo	541

11.3. O contrato de trabalho intermitente	542
11.4. O contrato de trabalho com pluralidade de trabalhadores	542
11.5. Forma, menções obrigatórias do contrato e registo dos profissionais	543
11.6. Direitos e deveres das partes	544
11.7. Local e tempo de trabalho	544
11.8. O regime específico dos profissionais de bailado	545
12. O contrato de trabalho a bordo	546
13. O contrato de trabalho em funções públicas	547

CAPÍTULO XIX – OS CONTRATOS EQUIPARADOS AO CONTRATO DE TRABALHO	553
1. Generalidades	553
2. O trabalho no domicílio	554
3. O contrato de aprendizagem	559

### PARTE III DIREITO COLECTIVO DO TRABALHO

CAPÍTULO XX – OS SUJEITOS COLECTIVOS DE TRABALHO	567
1. Generalidades	567
2. As associações sindicais	567
2.1. Generalidades	567
2.2. Tipos de organizações sindicais	569
2.3. A liberdade sindical	570
2.3.1. Generalidades	570
2.3.2. A liberdade sindical individual	571
2.3.2.1. Generalidades	571
2.3.2.2. A liberdade sindical positiva	571
2.3.2.3. A liberdade sindical negativa	572
2.3.3. A liberdade sindical colectiva	575
2.3.3.1. Generalidades	575
2.3.3.2. Liberdade de constituição de sindicatos a todos os níveis	575
2.3.3.3. Liberdade de organização e regulamentação interna	576
2.3.3.4. Direito de exercício da actividade sindical na empresa	578
2.3.3.5. Direito de tendência	583
2.4. Atribuições das associações sindicais	584
2.5. Constituição, estatutos e regulamentos das associações sindicais	586



2.6. Regime legal aplicável às associações sindicais	588
2.7. Extinção das associações sindicais	589
3. As comissões de trabalhadores	590
3.1. Generalidades	590
3.2. Constituição e composição das comissões de trabalhadores, subcomissões e comissões coordenadoras.	591
3.3. Atribuições das comissões de trabalhadores	592
3.4. Protecção dos membros das comissões de trabalhadores	595
4. Os conselhos de empresa europeus	596
5. As associações de empregadores	598
5.1. Generalidades	598
5.2. Constituição e organização das associações de empregadores	599
5.3. Atribuições das associações de empregadores	599
5.4. Constituição, estatutos e regulamentos	601
5.5. Regime legal aplicável	602
5.6. Extinção e perda da qualidade de associação de empregadores	602

CAPÍTULO XXI – OS INSTRUMENTOS DE REGULAMENTAÇÃO COLECTIVA DE TRABALHO	605
1. Generalidades	605
2. Princípios gerais relativos aos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho	606
2.1. Generalidades	606
2.2. Princípio da subsidiariedade dos IRC não negociais.	606
2.3. Princípio do afastamento das normas legais	607
2.4. Princípio do tratamento mais favorável	608
2.2.5. Princípio da disponibilidade do conteúdo	609
2.6. Princípio da não retroactividade	610
3. Forma, publicação, entrada em vigor e controlo dos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho	610
4. Cumprimento dos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho e alteração das circunstâncias	611
5. Incumprimento dos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho	612
6. A convenção colectiva de trabalho	612
6.1. Generalidades	612
6.2. Legitimidade	614
6.3. Procedimento de elaboração da convenção colectiva	614
6.4. Conteúdo da convenção colectiva	617
6.5. Efeitos da convenção colectiva nos contratos de trabalho	618

6.6.	Âmbito pessoal da convenção colectiva	620
6.6.1.	O princípio da filiação	620
6.6.2.	Excepções ao princípio da filiação	621
6.7.	Âmbito material da convenção colectiva	623
6.8.	Âmbito geográfico da convenção colectiva	624
6.9.	Suspensão de vigência da convenção colectiva	624
6.10.	Extinção da convenção colectiva	625
6.10.1.	Generalidades	625
6.10.2.	Revogação	625
6.10.3.	Denúncia	626
6.10.4.	Sobrevigência e caducidade da convenção	627
6.11.	Sucessão de convenções	629
6.12.	Natureza	631
7.	O acordo de adesão	633
7.1.	Noção	633
7.2.	Regime jurídico	634
7.3.	Natureza	634
8.	A decisão arbitral em processo de arbitragem voluntária	635
9.	A portaria de extensão	636
10.	A portaria de condições de trabalho	639
11.	A decisão arbitral em processo de arbitragem obrigatória ou necessária	641
11.1.	Generalidades	641
11.2.	A arbitragem obrigatória	642
11.3.	A arbitragem necessária	643
11.4.	Procedimento comum à arbitragem obrigatória ou necessária	643
11.5.	Efeitos da decisão arbitral em processo de arbitragem obrigatória ou necessária	644
CAPÍTULO XXII – OS CONFLITOS COLECTIVOS DE TRABALHO		645
1.	Generalidades	645
2.	A greve	646
2.1.	Evolução histórica	646
2.2.	Definição de greve	652
2.3.	Modalidades de greve	653
2.4.	As greves atípicas	654
2.5.	Legitimidade para declarar a greve e titularidade do respectivo direito	657
2.6.	Limitação contratual à declaração de greve: a cláusula de paz social relativa	658
2.7.	O aviso prévio da greve	659

2.8. A adesão à greve	660
2.9. Os efeitos da greve	660
2.9.1. Generalidades	660
2.9.2. Suspensão de certos efeitos do contrato de trabalho	661
2.9.3. Dever de não substituição dos trabalhadores grevistas	662
2.9.4. Faculdade de constituição de piquetes de greve	663
2.9.5. A obrigação de prestação de serviços mínimos	663
2.9.5.1. Generalidades	663
2.9.5.2. Pressupostos	664
2.9.5.3. Definição dos serviços mínimos	665
2.9.5.4. Incumprimento da obrigação de prestação dos serviços mínimos e requisição civil	667
2.9.6. A obrigação de prestação dos serviços necessários à segurança e manutenção do equipamento e instalações	669
2.10. Consequências da greve na relação do empregador com terceiros	669
2.11. A ilicitude da greve	670
2.11.1. Generalidades	670
2.11.2. Causas de ilicitude da greve	670
2.11.3. Consequências da ilicitude da greve	671
2.12. Termo da greve	672
2.13. Natureza jurídica da greve	672
3. A proibição do <i>lock out</i>	673
CAPÍTULO XXIII – OS MEIOS DE RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS COLECTIVOS DE TRABALHO	675
1. Generalidades	675
2. Negociação	675
3. Conciliação	676
4. Mediação	677
5. Arbitragem	679
6. Resolução governamental.	679
7. Decisão judicial	680
BIBLIOGRAFIA	681

